

Artigo: O Brasil da comida na mesa ou do meio ambiente utopicamente preservado

Valdir Colatto*

Santa Catarina 21/9/2009 - O Brasil é o país da produção de alimentos ou da proteção ambiental? Nosso País possui 851 milhões de hectares (ha) em diversos biomas: o Amazônico, com 419 milhões/ha; o Cerrado, com 203 milhões/ha; a Mata Atlântica, com 111,8 milhões/ha; a Caatinga, que tem uma área de 84,3 milhões/ha; o Pampa, com 17,6 milhões/ha e o Pantanal, com 14,9 milhões/ha.

As áreas brasileiras também são ocupadas por 12,7% de terras indígenas (108,7 milhões/ha); 15,75% por unidades de conservação (133,7 milhões/ha); 26,59% por áreas de preservação permanente (APP's), 21,31% por áreas de reserva legal; e 10% por áreas prioritárias de preservação da biodiversidade, já descontadas as áreas sobrepostas.

A atividade agropecuária utiliza cerca de 280 milhões de hectares (33%), sendo 70% deste total para pastagens (250 milhões/ha); 18% para o plantio de grãos (55 milhões/ha); 3% para a cana de açúcar (8 milhões/há); 3% para culturas permanentes como café, cacau, maçã e laranja (8 milhões/há) e 2,8% para florestas plantadas (7 milhões/há) etc.

Com isso, 67% do território brasileiro estão estatizados e/ou proibidos para a agropecuária e outras atividades econômicas. Neste quadro – concretizada as restrições da atual legislação e as áreas de conservação da biodiversidade, levando em conta a implantação de áreas em estudo para parques, indígenas e quilombolas –, dentro de pouco tempo restariam apenas 23% para atividade agropecuária, o equivalente a 250 milhões de hectares.

Do bioma Amazônia, pelas regras da legislação ambiental atual, sobrariam apenas 6,94% do seu território para produção de alimentos, cidades, estradas, indústrias, hidrelétricas, etc. Também pela legislação, estão congelados 390 milhões de hectares, espaço territorial no qual cabem mais de 20 países europeus ou quase 20 estados do Paraná.

Ou seja, dos 280 milhões de hectares utilizados hoje (33%), teremos que tirar da área de produção, cerca de 30 milhões de hectares, o equivalente a superfície de três estados de Santa Catarina. Assim, conclui-se que a atividade agropecuária e muitas áreas urbanas estão obre áreas de preservação permanente ou reservas legais, segundo os conceitos da legislação ambiental vigente no Brasil.

O nosso desafio é decidir, através do Congresso Nacional, o que fazer com as terras brasileiras, quanto preservar e quanto destinar para produzir alimentos para os 200 milhões de habitantes e para a exportação e, também, quanto território reservar para produzir o combustível limpo do planeta, o biocombustível.

A discussão está na mesa. O Congresso Nacional precisa dialogar com a sociedade e elaborar a Lei do Código Ambiental Brasileiro de diretrizes gerais e dar aos estados federativos a incumbência de realizar tecnicamente, dentro de suas especificidades, o seu código ambiental estadual, com a implantação do zoneamento econômico-ecológico, no uso restrito de conceitos técnicos e científicos.

Afinal, o Brasil e a sociedade brasileira têm que tomar esta decisão histórica. Vamos seguir nossa vocação de celeiro do mundo, preservando o desenvolvimento sustentável? Ou ser o País que salvará o planeta do aquecimento global e outras catástrofes

anunciadas? Se assim for, aqueles que destruíram suas matas e poluíram o planeta que paguem este serviço! Nada mais justo e sensato!

A equação a ser resolvida é buscar a solução técnica e científica para uma regularização fundiária, ambiental, urbana e rural do território brasileiro, com desenvolvimento sustentável.

* Engenheiro Agrônomo Valdir Colatto – Deputado Federal (PMDB/SC) e Presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária